

*O DEBATE RACIAL NO BRASIL E O
PCB (1922-1964): CONTRIBUIÇÕES
TEÓRICAS DE ÉDISON CARNEIRO
(1912-1972) E CLÓVIS MOURA (1925-
2003) À LUZ DA LINHA PARTIDÁRIA*

The racial debate in Brazil and PCB (1922-1964):
theoretical contributions of Édison Carneiro (1912-
1972) and Clóvis Moura (1925-2003) in the light of the
party line.

Gustavo de Almeida Reis

O DEBATE RACIAL NO BRASIL E O PCB (1922-1964): CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE ÉDISON CARNEIRO (1912-1972) E CLÓVIS MOURA (1925-2003).

Gustavo de Almeida Reis¹

Resumo: O debate sobre questões raciais no Brasil perpassa a sua história. No entanto, a partir do último quarto do século XIX com o fim da escravidão, os problemas se colocaram de uma maneira qualitativamente diferente. Diversos atores sociais tentaram resolver, ao longo do século XX, questões fundamentais que tocavam o problema da integração racial no Brasil e o Partido Comunista do Brasil (PCB), por meio de seus teóricos, foi um desses atores. O presente artigo objetiva discutir as contribuições de dois teóricos importantes do pensamento marxista brasileiro, ambos ligados ao PCB, sobre as questões raciais: Édison Carneiro (1912-1972) e Clóvis Moura (1925-2003). Pretende-se, com isso, comparar as intervenções teóricas de ambos os autores em relação à originalidade das obras e à fidelidade à formação sócio-histórica brasileira.

Palavras-chave: Partido Comunista; Questões Raciais; Revolução.

Abstract: The debate on racial issues in Brazil permeates its history. However, from the last quarter of the nineteenth century with the end of slavery, problems arose in a qualitatively different way. Several social actors tried to solve, throughout the twentieth century, fundamental issues that touched on the problem of racial integration in Brazil and the Communist Party of Brazil (PCB), through its theorists, was one of these actors. This article aims to discuss the contributions of two important theorists of Brazilian Marxist thought, both linked to the PCB, on racial issues : Édison Carneiro (1912-1972) and Clóvis Moura (1925-2003). With this, the intention is to compare the theoretical interventions of both authors in relation to their originality and fidelity to the Brazilian socio-historical formation.

Keywords: Communist Party; Racial Issues; Revolution.

¹ Graduado em História (Licenciatura) pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás. Email: gusttavoreis@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3269934720335819>

I Introdução

A partir do século XIX se inicia internacional e nacionalmente um amplo debate sobre a questão racial. Enquanto a Europa engendrava a colonização e dominação de diversos povos, justificando o processo com base em teorias racistas, no Brasil o problema central se dava em torno da integração da população negra recém egressa da escravidão. Um dos atores fundamentais no Brasil que, a partir do século XX, ofereceu formulações sobre as questões raciais foi o Partido Comunista do Brasil (PCB) fundado em 1922.

Alguns estudos demonstram que a relação do Partido Comunista do Brasil com a questão racial é perpassada, desde 1922, por inúmeras contradições e descontinuidades². Segundo Pedro Chadarevian (2012: 258), isso se deve em parte à falta de clareza da militância comunista em relação à constituição histórico-social brasileira.³

Ambivalente também é, nesse ponto, a heteronomia do partido face à Internacional Comunista no período em que esta esteve em vigor. Se de um lado a IC⁴ cobrava de seus

² O presente artigo trabalhará com os artigos de Pedro C. Chadarevian (2012): *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)* e a tese de doutorado de Edilza Correia Sotero (2015): *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo*.

³ “De acordo com esta concepção etapista da evolução econômica dos países, o Brasil se encontraria em um estágio semifeudal, no qual predominavam estruturas sociais, políticas e econômicas que entravavam o pleno desenvolvimento das forças produtivas. A análise pecebista da questão racial enquadrava-se nesta visão, na medida em que o racismo era entendido como uma mera reminiscência de uma estrutura social arcaica, originária da escravidão, e da “ideologia do colonialismo”, que impedia a ascensão social do negro, mantendo-os como servos no campo, e cuja solução passava pela superação do modo de produção semifeudal que criava e reproduzia a classificação racial de indivíduos. Era, ademais, improvável que autores comunistas considerassem a opressão racial como um mecanismo de exploração econômica dos trabalhadores negros pela classe dominante, já que um segmento desta classe – a burguesia nacional – era vista como um ator central das mudanças necessárias para superar a fase feudal em que se encontrava a economia do país.” (CHADAREVIAN, 2012: 277)

⁴ “Foi justamente no IV Congresso da III Internacional [IC], que um documento foi divulgado com uma avaliação específica sobre o problema racial em nível internacional.” Quem primeiro apresentou a discussão foi John Reed,

militantes posicionamentos e estudos sobre as questões dos diferentes povos oprimidos, incluídos aí os povos de origem negra, de outro lado impunha, em grande parte do tempo em que esteve em atividade (1919-1944), uma interpretação monolítica à história nacional, com a conseqüente luta etapista por uma revolução burguesa em um país ainda semifeudal.

Segundo Chadarevian:

É possível identificar duas fases distintas no tratamento dado pelo PCB à questão racial. Na primeira delas, entre 1922 e 1933, nota-se um profundo desinteresse pelo tema, e, ainda que se possa destacar uma visão crítica da questão indígena, as análises do partido tendiam a minimizar o racismo como um problema de relevo da nação brasileira. A partir de 1934, ocorre uma visível inflexão na linha teórica do PCB, que passa a criticar duramente a condição de negros e indígenas na sociedade brasileira. (CHADAREVIAN, 2012: 257)

A referida inflexão teria ocorrido, segundo o autor, devido à intensificação das cobranças da IC referentes a teorizações sobre a questão racial em diferentes países.⁵ Junta-se a isso, em âmbito nacional, o surgimento de movimentos negros como a Frente Negra Brasileira (FNB) na década de 30, frente aos quais os integrantes partidários teriam que propor alternativas de análises.⁶

No entanto, mesmo após o surgimento da questão negra dentro do Partido, ela estará presa a duas chaves de análises e formulações políticas: Um suposto resquício semifeudal que mantinha,

delegado dos EUA ainda no III Congresso. (SOTERO, 2015: 189). No IV Congresso, por pressão sobretudo do PCUSA, foram discutidas as chamadas *teses sobre a questão negra*: “I - O 4º Congresso reconhece a necessidade de manter toda forma de movimento negro que tenha por objetivo enterrar e enfraquecer o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração. II - A Internacional Comunista lutará para assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.(...)” (REVISTA PRINCÍPOS, 1894 apud SOTERO, 2015: 192)

⁵ Em 1923 é famosa a resposta de Otávio Brandão à Internacional Comunista dizendo não haver uma questão negra no país. (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1923 apud CHADAREVIAN, 2012: 259)

⁶ “(...) já a partir de 1934, o PCB tenta uma aproximação com os ‘frente-negristas’. Em panfleto deste mesmo ano, os comunistas brasileiros dirigem-se especificamente aos trabalhadores negros e os conclamam a conquistar a direção da FNB, unindo-se aos brancos na luta contra o imperialismo e contra a feudal-burguesia que os mantinha como ‘escravos.’” (CHADAREVIAN, 2012: 264)

no Brasil, as relações tradicionais presentes, sendo a solução para isto, uma modernização das relações sociais por meio de uma revolução democrático-burguesa decorrente da aliança do proletariado com a burguesia progressista. De outro lado, lutava-se, seguindo a cartilha da IC pela autodeterminação dos povos negros e oprimidos no Brasil⁷. Ambas as alternativas aparecem de forma contraditória por diferentes formulações dos militantes do PC.⁸

Pode-se perceber que uma visão de mundo coerente dos reais problemas da população negra no Brasil e de sua integração às relações sociais de produção não poderia ser oferecida pelo Partido Comunista, visto que estava preso às concepções e dogmas impostos pela III Internacional e não se atentava às questões particulares do País.

Se os *slogans* de autodeterminação dos povos e das minorias oprimidas vão progressivamente desaparecendo a partir do final dos anos 30, durante o Estado Novo é certo, no entanto, que a questão fundamental do etapismo, como chave de interpretação sobre a questão

⁷ Essa diretriz no entanto não pode ser tratada uniformemente durante o período de atuação da IC: “A resolução do apoio ao direito de autodeterminação de negros, indígenas e outras minorias da América Latina é uma decisão da conferência de Buenos Aires de 1929, reforçada nos debates na IC nos anos seguintes, e adotada em diversos países da região, como Colômbia (PARTIDO COMUNISTA DE COLÔMBIA, 1960), Cuba (SERNAT, 1986: 117) e Argentina (RAMOS, 1962: 93-4). No Brasil não foi diferente, e essa diretriz da IC passaria a ser aplicada para negros, índios e até nordestinos durante os anos trinta.” (CHADAVERIAN, 2012: 265). “A grande mudança adotada pela IC em 1928 foi a introdução de políticas diferenciadas por país, atendendo ao percentual de negros na população. Assim, passou-se a compreender a população negra em alguns países não como uma minoria oprimida, como ficou determinado nas resoluções da IC de 1922, mas como uma nação oprimida. Essa mudança de perspectiva determinava que, nos países com significativo contingente populacional de negros e que tivessem situações de conflito, a reivindicação por autodeterminação deveria ser a principal bandeira comunista para tratar da ‘questão negra’.” (SOTERO, 2015: 193). Edilza Sotero (2015: 192) relata que esse foi o primeiro congresso de inflexão estalinista na IC. A adoção de uma estratégia de “classe contra classe”, a consequente elaboração sobre formação de um Governo Operário e Camponês no Brasil sob a liderança exclusiva do proletariado e do partido, vai redundar em uma espécie de “obreirismo” no PCB, mudando toda a sua composição interna.

⁸ Sotero (2015: 222) destaca que durante o período de vigência da Aliança Nacional Libertadora em 1935, a questão da autodeterminação nacional da população negra fica em suspenso.

negra, permanece até 1964, ano que inicia um período de clandestinidade e dissolução partidária.⁹ (CHADAREVIAN, 2012:277)

No presente artigo, pretende-se contrapor as elaborações teóricas de dois autores brasileiros importantes que discorreram sobre a questão negra: Édison Carneiro e Clóvis Moura a fim de compará-las em relação às suas contribuições no que diz respeito à questão racial frente a concreta formação sócio-histórica brasileira.

2 Édison Carneiro

Édison Carneiro nasceu em 1912 em Salvador, onde, no final dos anos 20, iniciou sua vida intelectual como jornalista e membro da chamada *Academia dos Rebeldes*. Vindo de uma família que tinha boas relações com a elite baiana, principalmente por conta de seu pai Antônio Joaquim de Souza Carneiro, intelectual polivalente de ascendência negra, engenheiro e professor catedrático da Escola Politécnica de Salvador, Édison participou ativamente desde muito cedo do pensamento cultural e intelectual baiano. Conforme Gustavo Rossi (2011: 57), a família, no entanto, passou por diversos problemas de ordem financeira e política durante os anos 30, problemas esses que vão influenciar as posições de Édison em todos os aspectos de sua carreira.¹⁰

Pode-se dizer que entre Édison Carneiro e Clóvis Moura, a obra do primeiro foi a que mais se aproximou da linha etapista do PCB, e às concepções autonomistas e nacionalistas do movimento comunista internacional, sobretudo na década de 30, apesar de algumas diferenças entre o autor e a linha partidária. Amplamente influenciado por Nina Rodrigues e Arthur Ramos,

⁹ Seria injusto, no entanto, não destacar os avanços pontuais, no que diz respeito à questão negra, engendrados pelo PCB em alguns acontecimentos de proporções nacionais, a exemplo da constituinte de 1946 (SOTERO, 2015: 249)

¹⁰ Édison se mudou em 1939 para o Rio de Janeiro, estado onde morreu em 1972. O presente artigo, tal como a tese de Gustavo Rossi (2011): *O Intelectual "Feiticeiro": Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*, se circunscreve à trajetória de Édison ainda na Bahia na década de 1930.

Édison Carneiro empreendeu estudos antropológicos *in loco* sobre a população negra na Bahia, suas manifestações culturais e suas diferentes religiosidades.

Tal autor, um dos responsáveis pelos primórdios das ciências sociais no Brasil, apesar de sua marginalização nesse campo durante a vida¹¹, só pode ser compreendido se levarmos em consideração três instituições fundamentais: O modernismo brasileiro e sua vertente na Bahia; os diferentes Congressos Afro-brasileiro realizados no Nordeste durante os anos 30 e o Partido Comunista.

A chamada *Academia dos Rebeldes*, movimento que se dizia representante do modernismo na Bahia, propunha, diferentemente da verve vanguardista de 1922, um olhar para as tradições locais. A chegada tardia do movimento em um nordeste em decadência no final da década de 20 (época da constituição da *Academia*) coincide com a valorização da literatura regional em âmbito nacional, mesmo no âmbito do modernismo. Tal contradição pode ser expressa na recusa inicial das ideias modernistas por Gilberto Freyre no início dos anos 20, e depois a sua adesão ao movimento com o *Manifesto Regionalista* em 1926. Como destaca Durval Albuquerque Júnior (2005: 107):

O final da década de vinte e, principalmente a década de trinta marcam a transformação da literatura regional em literatura nacional. A emergência da análise sociológica do homem brasileiro, como uma necessidade urgente, colocada pela formação discursiva nacional popular dá ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a nação e com seu povo, mestiço, pobre, inculto e primitivo em suas manifestações sociais. A literatura passa a ser vista como destinada a oferecer sentido às várias realidades do país; a desvendar o Brasil real. (apud SOARES, 2005: 48)

No entanto, o modernismo nordestino, e sobretudo o veiculado pela *Academia dos Rebeldes*, tinham em comum com o da Semana de 22 o fato de serem críticos às formas artísticas tradicionais. É nesse sentido que a *Academia* se propõe como “antiacadêmica”, se contrapondo a

¹¹ Por ser uma espécie de polímata (ensaísta, jornalista, poeta, literato, antropólogo etc), em consonância com os intelectuais da Academia dos Rebeldes, Édison não será bem visto pelos intelectuais ligados às ciências sociais nascentes no Brasil, que valorizavam a especialização e uma linguagem ligada ao campo científico.

figuras consagradas pela Academia Baiana de Letras e tentando criar, ao mesmo tempo, um novo campo artístico e cultural na Bahia. (SOARES, 2005: 50)

A valorização da cultura local vai encontrar no negro uma figura privilegiada para criações literárias e intervenções políticas pelos “rebeldes”, que viam a si mesmos como intelectuais engajados, em oposição ao conservadorismo da intelectualidade tradicional baiana.

Édison Carneiro faz parte de um rol de figuras que pertenciam, em conjunto, à *Academia dos Rebeldes* e ao Partido Comunista do Brasil. O engajamento literário na *Academia* e nos seus órgãos de imprensa (como as revistas *O Momento* e *Meridiano*), assim como sua atuação junto ao PCB, dará uma compreensão única de Édison Carneiro a respeito do negro brasileiro.

Colaborando com Gilberto Freire no *I Congresso Afro-Brasileiro* (1934) Édison se afastará deste na ocasião do segundo congresso. O racha, que teve repercussões na imprensa local se dará por diferentes concepções sobre a religiosidade e a cultura negra por ambos os autores

Segundo Gustavo Rossi (2011: 157-8), a despeito de ser organizado por Gilberto Freyre, interessado, entre outras coisas, em construir e criar um campo intelectual em torno da sua nova sociologia, e de seu recém lançado livro *Casa-grande & Senzala* (1933), o *I Congresso Afro-brasileiro*, realizado em 1934 recebia em seu *Staff* figuras como Ulysses Pernambucano¹², membros pesquisadores da Faculdade de Medicina e institutos de saúde do estado de Pernambuco. Ainda segundo Rossi:

O interesse de Ulysses Pernambucano pela “face social da psiquiatria” não era aleatório, assim como não foi fortuito que suas principais inquietações recaíssem sobre o estudo dos fatores sociais e biológicos capazes de produzir os estados patológicos do transe e dos delírios rituais, “os quais, uma vez esclarecidos, ‘trariam soluções para os prementes problemas de higiene mental’”. Vinculadas à Assistência aos Psicopatas do estado e à linhagem de estudos médicos preocupada com a capacitação penal e civil dos indivíduos, as pesquisas de Ulysses Pernambucano sobre os cultos afro-brasileiros eram a

¹² “(...) então diretor da Assistência aos Psicopatas de Recife, aonde, junto à Divisão de Higiene Mental, desde os inícios de 1930, vinha orientando uma série de estudos sobre as seitas africanas e outras formas de espiritismo popular que tinham em comum as possessões e os transes religiosos.” (ROSSI, 2011:158)

contrapartida de uma prática científica fundamentalmente comprometida com a elaboração de políticas de profilaxia e controle de determinadas doenças mentais que se acreditavam potencialmente ameaçadoras às garantias da normalidade e manutenção da ordem pública e social. (ROSSI, 2011: 158)

Apesar da abordagem higienista de alguns comunicadores, é certo que Freire imprimiu ao congresso as suas teses, e, de certo modo, contribui para que o Congresso tivesse uma certa diversidade. Prova disso foi a intervenção feita por Édison Carneiro na ocasião. Destacamos aqui um trecho:

Os negros conscientes, que se adaptaram, bem ou mal, a superestrutura política da sociedade brasileira, sabem perfeitamente que os seus interesses imediatos e futuros não são em nada diversos do proletariado em geral e desejam, além da instrução da alimentação suficiente e do melhoramento de condições de trabalho, o reconhecimento dos seus direitos - como de todas as raças oprimidas do país - a colaboração no mesmo pé de igualdade com o branco, na obra de reconstrução econômico-política do Brasil (CARNEIRO, 1988 [1935]: 240 apud SOTERO, 2015: 229)

A comunicação de Carneiro é um testemunho da heterogeneidade do Congresso, e oferece uma prova de sua *visão de mundo* à época. Apesar de em âmbito geral ser considerado um autor culturalista pelos seus trabalhos junto às comunidades religiosas negras na Bahia, suas referências conceituais giravam em torno de categorias básicas do marxismo como “Proletariado”, “Burguesia”, “Superestrutura”, “Estrutura” etc. sobre as quais ancorava suas análises culturais e antropológicas¹³.

¹³ Por fazer parte de complexos tão diversos, como os já citados, a obra de Édison Carneiro apresenta um caráter dicotômico. Sofrendo constrangimentos ora do partido, ora de Arthur Ramos, ora de outras instituições, os trabalhos do autor aparecem muitas vezes cindidos. Gustavo Rossi (2011: 195) dá um exemplo desse constrangimento sofrido pelo autor em suas relações com Arthur Ramos na ocasião da publicação de suas obras na década de 30: “Contudo, mais revelador ainda dos termos que guiavam a encomenda de dados etnográficos da parte de Ramos foi o caráter absolutamente descritivo dos dois livros que Carneiro lançaria pela Biblioteca de Divulgação Científica, sob a chancela de Ramos: além do *Religiões negras*, em 1936, o *Negros bantos*, no ano seguinte. Ou seja, trabalhos desprovidos das ambições analíticas, particularmente expressivas nos artigos que publicava nos jornais e periódicos da época, nos quais imprimia uma dicção própria à interpretação da situação do negro no Brasil numa perspectiva marxista. De modo que não surpreende que o autor idellogicamente explosivo e de opiniões contundentes dos artigos tenha cedido lugar, em *Religiões negras*, ao escritor *modesto* e sem maiores

Já o *II Congresso Afro-brasileiro* de 1937, tendo em Édison Carneiro e seus companheiros baianos da Academia dos Rebeldes como principais figuras organizadoras, recebeu o repúdio público de Gilberto Freyre:

Algo que Freyre deixou bem claro em uma entrevista publicada poucos meses antes do evento, no Estado da Bahia, na qual acusaria de “demagógicos” os esforços dos organizadores baianos: “não me parece que os congressos afro-brasileiros devam resvalar para a apologia política ou demagógica da gente de cor. Seria sacrificar todo o seu interesse científico de esforço de pesquisa e de colheita e interpretação honesta de material (OLIVEIRA & LIMA, 1987: 129 apud ROSSI, 2011: 169)

Em todos os protestos de Freyre em relação à realização do *II Congresso*, o pano de fundo do conflito se dava em torno dos diferentes projetos políticos que ambos os autores tinham em relação à população negra. Ligada à visão comunista já citada de autodeterminação dos povos, Édison defendia que as manifestações religiosas e artísticas dos negros deveriam se desassociar da tutela e vigilância do Estado. Segundo, novamente, Gustavo Rossi (2011: 192):

“(…) assim como os operários e as classes trabalhadoras tinham seus sindicatos, Édison Carneiro acreditava que os praticantes e adeptos da religião e da cultura “negras” também deveriam ter seus espaços e órgãos de representação próprios, onde teriam condições de se organizarem civil e politicamente em prol de seus interesses ‘religiosos’: crença que ele levaria para o âmbito do II Congresso Afro-brasileiro e a qual o inspiraria criar uma “federação” de seitas *africanas*. Na filigrana das posições do autor, portanto, encontrava-se a visão, por que não dizer, inusitada de africanizar os negros justamente num momento em que eles estavam, cada vez mais, sendo tomados “como parte integrante da sociedade nacional”¹⁴

pretensões que nem mesmo se sentia autorizado a dar ‘ao volume sobre o fetichismo negro na Bahia *o caráter de ensaio*. (...)’

¹⁴ O empreendimento chegou a ser levado a cabo por Édison Carneiro, e surgiu efetivamente uma “União das Seitas Afro-Brasileiras” de forma simultânea à realização do *II Congresso*. (ROSSI, 2011: 167)

Tal maneira de encarar o assunto se diferenciava substancialmente das soluções frequentemente propostas tanto por Gilberto Freyre quanto por Arthur Ramos¹⁵, a saber, o controle das manifestações negras de maneira profilática e científica, dando chancela ao Estado, por meios de suas instituições policiais e de saúde, para atuar em determinados casos. (ROSSI, 2011: 167)

Paradoxalmente, a formulação teórico-política de Édison Carneiro na década de 30 sobre a população negra no Brasil e suas manifestações culturais, vai encontrar em Nina Rodrigues a sua principal inspiração.

Fazendo parte do rol de teóricos racistas brasileiros do oitocentos, o médico Nina Rodrigues apregoa em sua obra a impossibilidade e o fracasso da integração negra à sociedade “civilizada” e branca, militando contra qualquer tipo de miscigenação e *branqueamento* da população brasileira, como alguns eugenistas defendiam no século XIX. Para Nina, a população negra fazia parte social e biologicamente de um estágio civilizacional inferior aos brancos, e os parâmetros pelos quais deviam ser julgadas do ponto de vista penal e moral se diferenciavam substancialmente da população branca “civilizada”. (ROSSI, 2011:150). Nesse sentido, Gustavo Rossi compara as visões de mundo de Édison e Nina em um ponto fulcral:

(...) é importante chamar a atenção para forma como Nina Rodrigues defende, ainda que pelo caminho enviesado do racismo, um respeito antropológico às práticas culturais negras, na medida em que constituem enclaves africanos no interior do território nacional, pois acredito que será neste ponto que Édison Carneiro melhor aproveitará as ideias do “mestre” para modular seu olhar sobre a situação do negro no país. Em particular, ao tentar estabelecer uma ponte entre análise cultural e materialismo histórico, Carneiro mantém uma forte tendência a tratar a evolução das raças como

¹⁵ Apesar dos empreendimentos em conjunto, as visões de Ramos e de Carneiros estavam longe de serem congruentes, e às vezes os desentendimentos teóricos e pessoais se tornavam públicos. Em um artigo de jornal Édison escreve: “A interpretação dos fatos sociais exige outros métodos. Não servia para o caso dos negros brasileiros, a escola antropológica de Nina Rodrigues, como também não serve a psicanálise do mestre Freud, mesmo através de um discípulo como o Sr. Arthur Ramos. Somente a concepção materialista da história pode resolver de uma vez por todas, a questão (...)” (CARNEIRO, 1935:185 apud ROSSI, 2011:170)

linhas paralelas e desiguais no tempo, tal como fizera Nina Rodrigues. Contudo, se para o médico maranhense esta evolução estava determinada por razões de ordem racial, para o jornalista baiano o ponto chave residia na “desigualdade de desenvolvimento econômico”, condicionada pelas “possibilidades técnicas da raça no momento histórico” em que ela se encontrava. (...) Em particular, Carneiro buscou redefinir os argumentos de Nina Rodrigues em favor da liberdade religiosa à luz de sua atuação como intelectual comunista. O que para Nina depunha contra a suposta “civilidade” das elites governantes, para Carneiro será a expressão candente de uma opressão de classe sofrida pelos negros na sociedade burguesa e capitalista: a violência social e policial contra os candomblés. (ROSSI, 2011: 151-2)

No fundo, como vimos no trecho supracitado, o problema central da obra de Carneiro na década de 30 se encontra na integração do negro à sociedade brasileira. Sendo o negro incapaz de se integrar, por sua formação social recuada, Édison chega a propor em alguns artigos jornalísticos uma espécie de separatismo político da população negra no Brasil:

A democracia operária, que vem de baixo para cima [...] das massas para o Partido e para os órgãos dirigentes da sociedade, não pode opor às aspirações populares o tabu da unidade da pátria ou qualquer coisa igualmente estúpida. A democracia operária tem que cumprir seu dever, dando às raças e às nacionalidades oprimidas a oportunidade de se governarem por si mesmas, reconhecendo-lhes [...] até mesmo o direito de se separarem e formarem Estados independentes – mesmo burgueses [...]. Talvez o negro, sob o regime comunista, não deseje se separar do proletariado branco. Ele, forçado à vida civilizada, conhece, bem ou mal, os benefícios que poderão resultar de uma aplicação mais humana das conquistas materiais e intelectuais da humanidade. Por outro lado, não se deve esquecer que o proletariado negro concorrerá brilhantemente para o próprio sucesso político do proletariado brasileiro em geral. Prevendo, porém, o caso, não de todo improvável, de que o negro não se sinta totalmente satisfeito com a colaboração do branco na sociedade comunista, o proletariado terá de reconhecer-lhe, desde já, o direito de governar por si mesmo e de formar, caso queira, o seu Estado independente (CARNEIRO, 1934 apud ROSSI, 2011:187)¹⁶

¹⁶ Nesse trecho podemos perceber uma certa confusão no tratamento da questão, derivado, entre outros fatores, da aceitação acrítica por Édison Carneiro das teses da IC, sobretudo as já citadas do VI Congresso. Propõe-se em um mesmo excerto, a união do proletariado brasileiro de ambas as “raças” em prol da revolução. No entanto, se vislumbra a possibilidade de uma separação nacional de ambos não só em uma futura sociedade comunista, mas também dentro da própria sociedade burguesa.

Apesar de avançadas em sua época, a visão de mundo de Carneiro encarnava, como vimos, uma miríade de instituições, indo desde a reivindicação do legado de Nina Rodrigues, à chancela de Arthur Ramos e Gilberto Freyre, passando pelo PCB (junto à IC), a *Academia dos Rebeldes* e os diferentes Congressos que organizou. Através de instituições muitas vezes contrárias entre si, surpreendentemente Édison Carneiro conseguiu, engendrar concepções relativamente coerentes, apesar de muitas vezes dicotômicas. Respondendo às demandas históricas e conjunturais de seu tempo, pode-se dizer que, no período aqui analisado, sua obra tem um caráter fragmentário.

3 Clóvis Moura

Clóvis Steiger de Assis Moura foi um importante ativista político e intelectual brasileiro fortemente ligado à historiografia e sociologia crítica sobre o negro no Brasil. Pertencente a uma família de classe-média baixa, nasceu em Amarante, cidade situada no estado do Piauí, em 10 de junho de 1925 e foi o segundo filho (num total de três) de Francisco de Assis Moura e Elvira Steiger de Magalhães Moura. Clóvis Moura se mudou em 1941 para a cidade de Salvador, depois de ter residido com a família no estado do Rio Grande do Norte (região para a qual migrou em 1935). Em Salvador (cidade que residiu durante um ano) e posteriormente em Juazeiro, Moura mantém contato com a intelectualidade local, onde o universo do modernismo baiano já estava em plena consolidação e desdobramentos ulteriores. Em 1945 entra para o Partido Comunista. Seus interesses pelos estudos raciais se derivam, primeiro desse ambiente e segundo pelo intercâmbio com intelectuais já relativamente consolidados nesse campo.

Através de trocas epistolares com seus pares baianos, consegue estabelecer contatos com intelectuais importantes da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, como Édison Carneiro, Arthur

Ramos, Caio Prado Jr, Nelson Werneck Sodré, Carlos Drummond de Andrade, Emílio Willems, Donald Pierson, Ralph Leon Beals¹⁷ etc (OLIVEIRA, 2009: 48; SOUZA, 2013: 33)

Em consequência de seu isolamento intelectual em Juazeiro, Clóvis se muda em 1949, para São Paulo, onde permaneceu até o seu falecimento em 2003. Se consolidou, à época enquanto jornalista e militante orgânico do PCB. Nesses primeiros anos integrou a Frente Cultural do partido e colaborou nos mais variados jornais e revistas, como *Última Hora* (1952-1958), *Revista Fundamentos* (1952-1955), *Revista Brasiliense* (1955-1964) e *Revista Flama* (1952) (SOUZA, 2013: 28).

Clóvis Moura permaneceu em vida, marginalizado do debate amplo sobre a constituição e o caráter da sociedade brasileira. Esse isolamento vai se verificar na relação com os demais intelectuais ligados à Universidade, mas também dentro do PCB. O fato é que o pensamento de Clóvis Moura se destoava, assim como a de Caio Prado Jr, à visão hegemônica etapista do Partido. Tal atitude de isolamento, voluntaria ou involuntariamente ampliou as possibilidades de análise de Clóvis Moura. Segundo Fábio Oliveira, essa discordância teórico-política em relação à hegemonia partidária, foi o principal fator que fez com que Moura se aproximasse sistematicamente à linha editorial da *Revista Brasiliense* (Oliveira, 2009:71). Na visão de Oliveira:

Fundamentos e Brasiliense marcam diferentes momentos do trabalho cultural do PCB em relação à intelectualidade paulistana. A revista Fundamentos – assim como o periódico Notícias de Hoje – é mais restrita à intelectualidade ligada do partido (e se apresenta como —órgão de imprensa oficial do partido); já a Brasiliense possui maior poder de atração sobre intelectuais nacionalistas e/ou ligados ao movimento cultural paulistano e, por sua vez, sem ser órgão oficial do partido, está subordinada diretamente ao grupo de intelectuais comunistas ligados a Caio Prado Júnior e que, naquele momento histórico, encontravam-se marginalizados no interior do PCB (Montalvão, 2004; Limongi, 1987).

¹⁷ Os contatos com os três últimos intelectuais citados, parte de uma tentativa de Moura de legitimar o início de sua pesquisa sobre as reminiscências da cultura negra nas margens do Rio São Francisco. Segundo Gustavo Orloson Souza esses intelectuais eram figuras à época ligada à institucionalização da Antropologia e Ciências Sociais no estado de São Paulo. Eram intelectuais ligados sobretudo à Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) e ao quadro do curso de Antropologia da USP. (SOUZA, 2013: 54)

Apesar do fato de, entre 1952 e 1955, Clóvis Moura ser secretário de redação de Fundamentos, isso não o impediu de colaborar com *Brasiliense*, o que sinaliza uma orientação distinta da linha hegemônica no partido (com o fracasso da orientação do Manifesto de 1950, o Partido se aproximará do nacional-desenvolvimentismo e das teses etapistas em torno da revolução brasileira) (Sales, 2000:20-25). O ápice deste processo será seu ingresso, em 1962, na dissidência que formará o Partido Comunista do Brasil (PcdoB), liderada por Pedro Pomar e João Amazonas (Maestri, 2004). (OLIVEIRA, 2009: 71)

Contudo, a militância de Moura no PCdoB se distanciou do centro dirigente e colaborou quase que exclusivamente na sua área cultural (OLIVEIRA, 2009:71).

3.1 Análise histórica sistemática, e o estatuto da política em Clóvis Moura:

Para Clóvis Moura a História do Brasil pré-republicano deve ser compreendida a partir da análise da luta entre duas classes fundamentais e antagônicas: senhores e escravos. Só a partir daí é que podemos compreender concretamente a história do Brasil colonial e imperial, sendo as demais classes sociais formadas tardiamente (sobretudo a partir do século XVIII) pelo processo de complexificação econômica do Brasil, encaradas, na visão de Moura, como satélites das contradições fundantes. Nessa perspectiva, o negro com a sua resistência, e a formação de quilombos (aspecto, para o nosso autor, quase universal onde houve a escravidão) engendrou a dinamização da sociedade colonial brasileira ao mobilizar ideológica e tecnologicamente os aparatos sociais repressivos, e criou condições para a sua substituição em trabalho livre no final do século XIX. Já na segunda edição de *Rebeliões e Senzala*, Clóvis Moura afirma:

O escravo, como classe social, constituía um dos polos da contradição mais importante do Brasil durante a vigência do regime servil. Toda a nossa estrutura econômica, todos os elementos condicionantes da nossa formação tinham de inserir nos seus poros, diversos problemas que advinham disto. Senhores e escravos constituíam a dicotomia básica brasileira, como já dissemos. Outras que surgiam e que — em determinados momentos — apareciam como fundamentais à superfície, eram apenas reflexas ou se constituíam em contradições suplementares. O escravo, afirmaram inúmeros sociólogos, contaminava a

sociedade da época. Mas, não era isto o que acontecia. O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho. (MOURA, 1981: 14)

Essa análise é um dos fios condutores e um dos aspectos inovadores da interpretação histórica que empreende Clóvis Moura sobre a sociedade brasileira, estando presente do começo ao fim a sua obra. Posteriormente, esses contornos ganharão mais concreticidade na medida em que nosso autor avança nos seus estudos.

Apesar dos diversos desencontros pessoais entre Clóvis Moura e Caio Prado Jr., a presença da sistematicidade que Prado Jr. dá à colonização encontrou em Moura um adepto em toda sua obra. Em *Rebeliões da Senzala* os primeiros capítulos, especificamente o intitulado “Características Gerais” visa colocar a escravização brasileira no quadro geral do “Capitalismo Comercial” europeu e de sua “Acumulação primitiva”. Na visão de Moura:

À medida que o entrelaçamento das economias nacionais criava a necessidade de um mercado universal; que novas rotas marítimas eram abertas por essas nações (impulsionadas pelas suas burguesias comerciais); que as populações dos diversos pontos geográficos da terra estabeleciam relações até então inéditas na história da humanidade e que, por outro lado e em consequência desse fenómeno, um punhado de países altamente desenvolvidos na Europa tomava a liderança desse comércio e por ele lutava encarniçadamente, seu reflexo se fará sentir na Colónia — ela própria uma consequência desse processo de expansão — através da procura cada vez maior dos géneros destinados a suprir um mercado que se ampliava em proporções insuspeitas. Assim, em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento das nações que se bastam a si próprias, desenvolve-se o tráfico universal, uma interdependência de nações".

O apelo à escravidão africana — que já se realizara com êxito na Europa desde tempos imemoriais — será uma solução lógica a que recorrerá o colono a fim de conseguir estabelecer nos trópicos uma sociedade para a qual o material humano autóctone era de pouca rentabilidade (embora mais barato) e o braço europeu que para aqui vinha não podia ser arrolado no status de trabalhador que interessava ao colono de escravo. (MOURA, 1881: 29)

Por esse trecho, vemos, portanto, que a opção pela mão de obra escravizada africanas por parte dos colonizadores, aparece para Clóvis Moura como uma consequência “lógica” da

inabilidade indígena (ligados ainda ao “comunismo primitivo”) como mão de obra para a grande lavoura, e se interliga com a interpretação de que o tráfico de escravos colaborou para a acumulação primitiva de capitais, ainda à época da “burguesia comercial”. É interessante notar que esse esquema totalizante, fortemente influenciado pela obra de Caio Prado Júnior, apesar de amplamente complexificado com a colaboração de outras fontes históricas e bibliografias diversas, permanecerá também como plano de fundo nas obras posteriores de Clóvis Moura.¹⁸

A análise sobre o papel da política em Moura deve estar ligada a esse caráter fundamental da formação histórico-social do Brasil. É a partir dessa problemática, levando em consideração as mudanças, mas sobretudo as permanências de estruturas arcaicas de reprodução do racismo no país é que emerge a possibilidade de um agente social politicamente revolucionário, pelo seu caráter de subalternidade que perpassa a história e chega nos dias de hoje.

No capítulo sobre os “Escravos nos Movimentos Políticos”, ainda no livro “Rebeliões da Senzala”, Moura, como bem sugere o nome, vai descrever a participação decisiva dos escravizados nos mais diversos movimentos políticos e revoltas do Brasil colonial e imperial. Para ele, devemos levar em consideração determinado aspecto:

O elemento escravo durante as lutas armadas teve quatro formas básicas de comportamento: 1) aproveitou-se da confusão reinante e fugiu para as matas, debandando dos seus senhores; 2) aderiu ao movimento libertador para conseguir a sua alforria; 3) lutou por simples obediência aos seus senhores e 4) participou ao lado das forças portuguesas. (MOURA, 1981: 73-4)

Em *História do Negro Brasileiro*, Clóvis Moura designa o termo *Quilombagem*, que para ele significa:

¹⁸ Apesar da influência de Caio Prado Jr. no conjunto da obra, Moura desenvolve, em obras da maturidade, análises contraditórias à sistematização pradiana, a exemplo da caracterização da história do Brasil durante o período da escravidão como um modo de produção próprio, diferente essencialmente do capitalismo: o escravismo. Tal modo de produção é dissecado por Moura em duas fases: Escravismo Pleno e Escravismo Tardio (MOURA, 2019: 259).

(...) um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem um caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes, de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia. (...)

Entendemos, portanto, por quilombagem uma constelação de movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia. (MOURA, 1992: 22-3)

Nesse contexto, vimos que a resistência escrava aparece já como um “movimento” de caráter emancipacionista. Ainda sobre *Quilombagem*, Clóvis destaca seu caráter universal no regime escravista ao afirmar que:

(...)É um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas.

Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da *Quilombagem* que essa população marginalizada se recompunha socialmente. (MOURA, 1992: 24-5)

Na *Quilombagem*, não só os negros se emancipavam na resistência ativa, mas todos os setores oprimidos pelo sistema colonial. Nesse sentido, os escravos passam de satélites de outros movimentos, incapazes de agir politicamente por conta própria, para ser o receptor universal, a classe que carrega em si a possibilidade de emancipação de todos os demais grupos explorados.

É evidente que aqui Clóvis Moura articula historicamente a constituição da práxis negra e as suas diversas formas de resistência. Através da conceituação da *Quilombagem*, aparece a possibilidade do negro brasileiro enquanto agente político universal, capaz de se aliar e liderar os demais setores sociais oprimidos, característica essa que tem a potencialidade de atravessar o sistema colonial e chegar até os dias de hoje.¹⁹

¹⁹ Segundo Fábio Oliveira: “Observemos que o conceito de *Quilombagem* – formulado por Clóvis Moura – surge paralelamente ao de *Quilombismo* de Abdias do Nascimento (Nascimento, 1980). A diferença entre ambos é que, para Clóvis Moura, *Quilombagem* é um movimento político-social, dirigido pelos próprios negros contra a sociedade escravista por representarem uma de suas classes fundamentais (Moura, 1989:22); já o *Quilombismo*,

No livro *Brasil: Raízes do protesto negro* (1983), ao falar sobre o caráter do capitalismo dependente brasileiro, Moura destaca:

Esse impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. (...) De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de estado cada vez mais sofisticado e violento, e, também, através de uma estrutura política e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique (MOURA, 1983: 10).

Sobre tal movimento, nosso autor continua:

Do ponto de vista econômico, a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) poderá fazê-la. (...) E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução (MOURA, 1983: 11).

Portanto, deve-se entender que é a partir desse grupo social, fundado durante a história nacional, que se deve compreender todo o empreendimento teórico de Moura. A sua partidarização explícita a favor desse conjunto social específico é que da vitalidade e atualidade à sua obra radical.

para Abdias, é uma doutrina política dos afro-brasileiros que, nas palavras de Antônio Sérgio Guimarães é —uma das principais matrizes ideológicas que permeavam o movimento negro nos anos 1980, aliando radicalismo cultural a radicalismo político (Guimarães, 1999: 100).” (OLIVEIRA, 2009: 126)

3.2 A crítica “demolidora” à intelectualidade tradicional.

Em um artigo publicado em 1962 na Revista Brasiliense, intitulado *II Congresso Brasileiro de Sociologia*, Clóvis Moura empreende uma análise sociológica demolidora ao que ele vai chamar de “sociologia acadêmica”. Para Moura, esses intelectuais, sobretudo os radicados em São Paulo, representam a burguesia decadente brasileira. Ao invés de destacar a dinâmica e as contradições das diferentes classes sociais, tais acadêmicos apresentam, em sua sistemática, estruturas sociais que não levam em conta a historicidade. Na visão de nosso autor, eles paralisam através de seus esquemas harmônicos as leis que regem os movimentos históricos. Em contraposição a essa sociologia que importa conceitos norte-americanos, existem, na visão de nosso autor, sociólogos que captam a realidade material em movimento, com todas as distinções e contradições possíveis, para nelas posteriormente influírem. Vemos aqui, novamente, conforme Fábio Oliveira, uma defesa intransigente do marxismo por parte de Moura, em contraposição às ideologias burguesas. (MOURA, 1962; OLIVEIRA, 2009: 90).²⁰

Em Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha (1964), Moura destaca, nesse mesmo sentido, os diferentes tipos de intelectuais. Segundo Jamil Haddad:

Clóvis Moura mostra o que pode ter sido no Brasil a luta entre o pensamento legítimo e o alienado: o pensamento derivado das realidades brasileiras, nascido de nosso solo, verdadeiramente, como a planta ou como o homem e o outro oriundo das imposições das ideologias exóticas, fabricadas sob medida para a manutenção do tenebroso estatuto colonial [...] [Euclides da Cunha] nos indica, na história das ideias em nosso país, o início do processo de ruptura entre o tipo de pensamento que nos interessa e o que nos é imposto para o atendimento de interesses alheios; o pensamento que nos leva à subordinação colonialista e o que nos abre as luminosas perspectivas da emancipação nacional. (Haddad, 1964 apud Oliveira, 2009: 92)

²⁰ Nesse artigo, o autor faz ataques diretos ao seu antigo interlocutor Emílio Williams por sua interpretação harmônica da relação entre escravizados e senhores (OLIVEIRA, 2009:94)

Euclides da Cunha, é apresentado nessa obra de crítica sociológica, portanto, como “ideologicamente alienado, mas sensível aos problemas da nação” (MOURA, 1964:10, apud OLIVEIRA, 2009:92), sendo nesse sentido, um ponto de transição entre os antípodas estabelecidos por Moura, pois “Não conseguiu, todavia, uma conceituação autoconsciente da realidade brasileira, mas, por outro lado, não caiu em uma alienação total, completa da nossa problemática social.” (MOURA, 1964: 10, apud OLIVEIRA, 2009: 94)

Mas é no livro *A Sociologia posta em questão* (1978), livro originalmente publicado no México em 1977 com o título *Sociologia de la Práxis* que nosso autor vai fazer uma crítica sistemática não só à sociologia, mas às demais áreas do conhecimento. Segundo Oliveira:

O livro, composto por sete capítulos e um apêndice (“Uma análise sociológica do conceito de história”) tem como principais alvos, além das tendências conservadoras e gradualistas da sociologia universitária, a antropologia (em II6 particular, o “anti-evolucionismo a-histórico” de Franz Boas e o conceito de “primitivo” como pré-lógico de Lucien Lévy-Bruhl) e a economia (desenvolvimentismo de Celso Furtado e o nacionalismo do ISEB). (OLIVEIRA, 2009: II5-II6)

Novamente nessa obra a oposição entre os dois tipos de sociólogos aparece, mas dessa vez com mais elementos e mais complexificada. Nesse sentido, Moura vai desvendar ao longo da obra, a forma pela qual a chamada sociologia acadêmica se desenvolve internamente. Diferencia, então, o pensamento que é produzido em larga escala e aquele pensamento que é produzido “artesanalmente”; o pensamento que tende a se especializar cada vez mais em um refinamento metodológico inócuo e fragmentado daquele que compreende a dinâmica totalizante da realidade. Nesse sentido apresenta como alternativa à sociologia coisificante, uma sociologia da práxis fundada na ação política, e reafirma:

O seu título de ciência deu-lhe um status de respeitabilidade que se amplia (e é exagerado) à medida que ela se sofisticava e refina. Os jargões cada vez mais indecifráveis; a criação de um código de linguagem cada vez mais inacessível aos leigos; a especialização cada dia mais extremada e que pesquisa detalhes cada vez menores de uma

realidade social inquestionavelmente irrelevante; a sua pretensa imparcialidade; o empirismo e a sua falta de visão histórica colocam-na como um instrumento altamente valioso, sofisticado e inatacável no sentido de impedir a radicalização das soluções dos problemas sociais. (Moura, 1978:10 apud OLIVEIRA, 2009: 118)

É importante destacar aqui que Moura diferencia substancialmente a sociologia acadêmica, empirista e fragmentadora, dos empreendimentos feitos pelos sociólogos desenvolvimentistas. Intelectuais ligados à burguesia nativa dos países de terceiro mundo, para Moura:

Os desenvolvimentistas, de um modo geral, veem a sociedade, ou mais especificamente as sociedades subdesenvolvidas como organismos que, através de um gradualismo dirigido poderão alcançar aqueles países de capitalismo clássico, atualmente em estágio superior ao nosso e da generalidade dos países novos. Esse gradualismo faz com que a problemática sociológica seja estudada tendo-se como paradigma e modelo aqueles países [...]: daí a terapêutica ser procurar pôr nos trilhos gradualistas a realidade social dos países subdesenvolvidos. (MOURA 1978:77)

Desse ponto de vista, decorre para Moura duas características importantes: A primeira diz respeito à metodologia utilizada por esses sociólogos, que encaram a realidade não como fragmento, mas sim como organismos em evolução gradualista. E a segunda caracterização diz respeito à capitulação dessas burguesias nativas de mobilizarem a população na luta contra o imperialismo e para as mais diversas pautas políticas, com medo das suas consequências radicais (MOURA,1978: 77).

Desse ponto de vista, Moura disserta sobre o caráter pusilânime da burguesia nativa, que tende a se associar ao imperialismo monopolista, e a sua conseqüente deturpação da realidade. Propõe então, nessa obra, uma “anti-sociologia” dialética, designada por ele como *Sociologia da práxis*, ligada umbilicalmente aos desígnios das classes subalternas, acompanhando seu desdobramento histórico no quadro amplo das lutas de classes. Uma sociologia que não encontre soluções de compromisso nem no academicismo empirista, nem no desenvolvimentismo (MOURA,1978: 70).

Em *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988), Clóvis Moura junta organicamente os aspectos do que ele chama de *sociologia da práxis* com a interpretação histórica sobre o negro no Brasil. Nesta obra, Moura articula uma síntese de análise histórica e sociológica às proposições políticas radicais para a população negra, sem deixar, no entanto, de criticar os esquematismos acadêmicos daqueles que, partindo das instituições universitárias suavizam, através de seus esquemas, a escravidão no Brasil.

Aqui veremos também, apesar de já estar presentes em livros escritos anteriormente, a tentativa sistemática de interpretar a atual situação da população negra brasileira com base em interpretações históricas e sociológicas. Nesse sentido, Clóvis Moura empreende uma análise das raízes do racismo brasileiro, historicamente velado sob a égide da “Democracia racial”. No começo do primeiro capítulo da obra, nosso autor afirma:

Os estudos sobre o negro brasileiro, nos seus diversos aspectos, têm sido mediados por preconceitos acadêmicos, de um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, de outro, por uma ideologia racista racionalizada, que representa os resíduos da superestrutura escravista, e, ao mesmo tempo, sua continuação, na dinâmica ideológica da sociedade competitiva que a sucedeu. (MOURA, 2019: 39)

Vemos nessa citação que a sociologia acadêmica e coisificante é apresentada já de imediato pelo autor em suas raízes históricas. Aqui está explícito a continuidade do pensamento acadêmico supostamente sofisticado e de tez progressista em relação às superestruturas racistas e arcaicas do sistema colonial

Ao longo dessa obra Moura mobilizará os diferentes autores já intensivamente criticados em suas obras anteriores, para construir daí uma sociologia autêntica, a partir da visão *do* negro, e não *sobre* o negro. Nesse sentido, vale destacar aqui as críticas feitas à escola culturalista antropológica que, importando categorias do pensamento estrangeiro, pretendiam analisar as relações culturais entre negros e brancos no Brasil sob os prismas dos conceitos de *Sincretismo*, *Assimilação*, *Acomodação* e *Aculturação*. Ao fazer isso, segundo Moura, tais autores não levavam

em consideração as condições hierárquicas estabelecidas pela luta de classes que fundam as contradições no país. Não sem antes fazer uma análise sistemática sobre as origens metropolitanas e coloniais da Antropologia, Moura afirma:

O esquecimento, por parte do antropólogo ou sociólogo, ao analisar o processo de interação, da posição estrutural das respectivas etnias portadoras de padrões de cultura diversos (sem levar em conta, portanto, a estrutura social em que esse processo de contato se realiza) leva a que se tenha, no máximo, uma compreensão acadêmica do problema, nunca, porém, o seu conhecimento captado no processo da própria dinâmica social. (MOURA, 2019: 59)²¹

Segundo Moura, portanto, seria impossível captar a realidade das diferentes culturas que se interpenetram no Brasil, se partimos de pressupostos que igualam os seus portadores economicamente. Esses conceitos aplicados na interpretação sociológica, não levam em consideração a dominação de classe que se deu pelos senhores em relação aos escravos. Igualmente, para o autor, a cultura negra que permaneceu e foi transmitida durante toda a história brasileira, também deve ser interpretada enquanto um aspecto de resistência à dominação econômica e cultural branca. (MOURA, 2019: 60)

Nesse sentido, mais adiante, no esforço de interpretar a totalidade dessas históricas resistências feitas pelos negros no Brasil dos pontos de vista econômica, cultural e político, Moura, contraditoriamente, vai lançar mão de conceitos derivados da sociologia Durkheimniana e da Antropologia de Radcliff²² como os conceitos de *Função*, *Grupo Específico* e *Grupo Diferenciado* articulando-os com as categorias marxistas de classe *em si* e classe *para si*. (MOURA, 2019: 139)

²¹ É interessante se notar aqui que Moura apresenta nessa obra uma continuidade no que diz respeito à interpretação da cultura negra na sua interpenetração com a cultura colonialista, colocando-as desde “Rebeliões da Senzala” (quando rompe parcialmente com os pressupostos teóricos de Edison Carneiro e Arthur Ramos) sob o prisma do conflito de classes.

²² Interpretamos essa inflexão em relação às obras anteriormente citadas como um movimento que se deu em consonância com a sua aproximação à intelectualidade acadêmica na década de 80, e o reconhecimento parcial destes à obra de Moura.

Um grupo específico ou diferenciado se configura como um tal na medida em que se diferencia da “sociedade abrangente”. Os negros constituem historicamente grupos específicos desde o período colonial, na medida em que

(...)procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se para sobreviver e garantir-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhes impõem.

Evidentemente, esses grupos, à medida que sentem a atuação de forças restritivas aos seus movimentos de interação com a sociedade global, procuram, por seu turno, reunir-se através de valores particulares para não caírem em estado de anomia total, fato que os levaria à sua extinção pura e simples ou serem deslocados progressivamente para estratos cada vez mais inferiorizados da sociedade.

Dessa forma, os grupos sociais específicos negros foram criados pelos escravos, durante todo o transcurso do regime escravista e pelo negro livre, após a abolição até os nossos dias. (MOURA, 1983: 27)

Esses grupos, no entanto, ao entrar em contato com a “sociedade abrangente” podem regredir ou avançar política e culturalmente, e no caso da última opção eles se constituem, portanto, como classe *para sí*, e tem potencialidade de reunir em suas demandas sociais, todos os demais grupos oprimidos, se constituindo enquanto agente universal. Vemos aqui, portanto, uma sofisticação do ponto de vista sociológico, do conteúdo que foi expresso na categoria *Quilombagem*.

4 Conclusão

Enquanto Édison Carneiro fez parte do núcleo fundador do Partido Comunista em seu estado natal, sendo responsável por, em um período de ascensão partidária no Brasil e de esperança de uma possível revolução mundial, fazer consonância com a linha imposta pela Internacional Comunista em seus pontos fundamentais, sobretudo na década de 1930; Clóvis Moura se apresenta como uma figura intelectual no Nordeste somente na segunda metade da década de 1940. Tendo que se reerguer da dissolução e clandestinidade sofrida durante o Estado

Novo, o PCB no pós-45 se verá livre de alguns influxos da já extinta IC, podendo proliferar internamente a possibilidade de dissidências em relação à linha fundamental etapista do partido.

Clóvis Moura será um desses intelectuais marginalizados tanto dentro do partido quanto dentro da academia, sendo o grupo social representado pelos negros brasileiros o seu único ponto de partida efetivo, o que possibilitará, ao longo de sua carreira, uma interpretação original sobre a constituição histórico-social brasileira. Possibilitará também, é certo, uma crítica completa aos empreendimentos teóricos que, em sua visão de mundo, deturpavam a realidade social. Moura se apresenta como um *livre-atirador* por excelência, o que, no momento histórico em que viveu, fez com que colocasse questões fundamentais ignoradas por outros teóricos, comunistas ou não. Sua obra se apresenta com um caráter sistemático por esses motivos.

Édison Carneiro, apesar de marginalizado nas ciências sociais, não pôde se apresentar como um intelectual independente e estava completamente imerso nas instituições das quais fez parte, o que dá à sua obra um caráter fragmentário, apesar de coerente. Se foi marginal, foi a despeito de sua vontade e a tragédia de sua vida se resume a esse ponto. (ROSSI, 2011: 21)

Para ambos, no entanto, a questão fundamental girava em torno da integração do negro à sociedade brasileira. Enquanto Édison propunha uma autodeterminação não muito bem definida, Clóvis Moura fundamenta a sua *Quilombagem* como grupo aglutinador e revolucionário em parâmetros profundamente históricos. Para ambos também a integração só se daria efetivamente no comunismo.

O partido, no entanto, patinava em seus influxos internos e externos, não conseguindo sair do dogmatismo não só em questões raciais, mas em outras questões fundamentais. Enquanto Carneiro ia à deriva, Moura observava com parcimônia, tendo um pé dentro e outro fora.

Referências:

CARNEIRO, Édison. *O médico dos pobres*. In: CARNEIRO, Édison & FERRAZ, Aydano do Couto (org.). *O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-brasileiro (Bahia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Édison. *Religiões Negras/Negros Bantos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1936/1937]1991.

CARNEIRO, Édison. *Situação do negro no Brasil*. In: Freyre, Gilberto[et al.] *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Recife: Massangana, [1935] 1988.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, nº24, 2007.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Raça, classe e revolução no Partido Comunista do Brasil (1922-1964). *Política & Sociedade*, Florianópolis, v.II, n.20, abril 2012.

MOURA, Clóvis. A grande insurreição dos escravos baianos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 16, 1958.

MOURA, Clóvis. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do protesto negro*. São Paulo: Editora Global, 1983.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Euclides da Cunha e a realidade nacional. *Revista Fundamentos*, São Paulo, n. 38, 1954.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 2º Edição. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. III Congresso Brasileiro de Sociologia. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.41, 1962.

MOURA, Clóvis. *Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, 1964.

MOURA, Clóvis. No Cinquentenário de Os sertões. *Revista Fundamentos*, São Paulo, n. 28, 1952.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. 5ª. Edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2º Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. *Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

ROSSI, L. Gustavo, F. *O intelectual “feiticeiro”: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Tese (Doutorado em antropologia). Campinas: IFCH-UNICAMP, 2011.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: Modernismo à Moda baiana*. Dissertação do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS. Feira de Santana, 2005.

SOTERO, Edilza Correia. *Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo [Versão revisada]*. Tese de Doutorado em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2015.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. *“Rebeliões da Senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro*. 2013, 143 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2013.